

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Globo

Class.: 1026

Data 16/03/86

Pg.:

Funai quer índio com menos mordomia

BRASILIA — As alterações no Estatuto do Índio, especialmente no que se refere à responsabilidade civil dos indígenas aculturados, serão estudadas pela Comissão interministerial encarregada da reestruturação administrativa da Funai, e apresentada a s como o subsídio para debate na Assembleia Nacional Constituinte.

O Ministério do Interior e a Funai acham que o Estatuto do Índio — criado em 1967 — precisa ser revisado para se adaptar à nova realidade nacional. Segundo o Presidente da Fundação, Apoena Meirelles, existem atualmente os "profissionais do índio", ou seja, pessoas encarregadas de manipular silvícolas para organizarem movimentos contestatórios à política indigenista oficial. Por isso, na sua opinião, esses movimentos são inconsistentes e reforçam a necessidade de profunda alteração nas bases desta política.

A recente crise da Funai — que culminou na semana passada com o cerco policial ao Ministério e ao Palácio do Planalto para evitar a suposta invasão de 300 índios armados — teve início há pouco mais de um mês, quando Apoena Meirelles deixou de comparecer à sede do órgão, dizendo-se impossibilitado de trabalhar devido ao excessivo número de índios que vêm a Brasília fazer reivindicações que vão desde a demarcação de terras até dinheiro para despesas pessoais.

Somente no ano passado (a preços de dezembro), a Funai gastou Cz\$ 3,7 milhões com alimentação e hospedagem de índios em Brasília. Nos últimos dois meses, quando a média diária foi de 500 índios na cidade, o gasto foi de Cz\$ 730 mil. Segundo a Funai, os gastos são excessivos porque o órgão é obrigado a custear qualquer despesa e os índios não têm modéstia em suas reivindicações.

Na última semana, o ex-cacique Celestino, da aldeia Xavante (MT), demonstrou seu conhecimento sobre o pacote econômico do Governo ao solicitar, em cruzados, o equivalente a Cr\$ 20 milhões, e três passagens de avião para, acompanhado de seus filhos, passear em São Paulo e no Rio.

No mesmo período, um grupo de índios Terena (MS) — comandado pelo índio Valdomiro Terena, estudante de Direito e desaladeado — ameaçou de morte o Diretor Administrativo da Funai, Laércio de Alcântara, caso não assinasse um cheque de Cz\$ 67 mil para a compra de sapatos e pasta de dente. A mesma ameaça foi feita ao gerente



por Cz\$ 5 mil mensais, com 1,2 mil metro quadrado, telefone, duas casas de madeira e piscina.

Na aldeia Cubencacren (PA), o cacique Pombo Caiapó tem um avião bimotor comprado com recursos repassados por três empresas que retiram madeira de sua aldeia, autorizadas pela comunidade. Com piloto contratado diretamente pela tribo, o cacique já veio inclusive a Brasília em seu avião.

Além da existência de rádios em todas as aldeias, várias tribos já têm também televisão: os Gaviões (PA), Xavante da Aldeia São Marcos (MT), Apinagá (GO) e Terena da aldeia Toné (MS), entre outros. Assistindo à programação normal e, conseqüentemente, aos apelos comerciais, os índios também ampliam suas necessidades e passam a desejar consumir cada vez mais.

Estas novas necessidades, entretanto, são auto-sustentadas por poucas tribos, como a dos índios Apinagés (GO), que cultivam arroz, e os Caingangues (PR e RS) que produzem arroz, soja e maçã. A Funai já comprovou que estes índios dificilmente saem de suas aldeias e, quando o fazem, têm problemas reais a serem solucionados, como invasão de suas terras, questões de saúde, ou pedido de envio de professores e enfermeiros.

Por tudo isso, a Funai defende a revisão do Estatuto do Índio, baseando-se no fato de que, apesar da profunda mudança ocorrida nos últimos anos, ele continua exigindo o mesmo tipo de assistência a todos os índios, independente do grau de aculturação já atingido por alguns grupos. Entre as aproximadamente 20 nações indígenas do Nordeste, apenas duas conservam sua língua e a maioria já perdeu as características de suas tribos.

De fato, a realidade indigenista se defronta com vários extremos. Existem ainda índios sem qualquer contato com a civilização, vivendo primitivamente como há quase 500 anos, e ao mesmo tempo algumas aldeias que dispõem de

alta tecnologia, como a dos índios Gorotire (PA), que têm uma completa aparelhagem de videocassete — incluindo câmara, gravador e televisor — comprada na Zona Franca de Manaus. Esta aparelhagem, aliás, foi usada pelo cacique Paiaça para filmar a reunião com o Ministro Ronaldo Costa Couto, na última terça-feira.

O ex-Presidente da Funai Gerson da Silva Alves diz que o hábito de liberar dinheiro para os índios foi iniciado pelo próprio órgão na década de 60, quando ainda não havia projetos específicos para as aldeias indígenas. Afirmou ainda que no orçamento para as Delegacias Regionais havia um percentual destinado à "verba de manutenção do posto indígena", que era dado diretamente aos caciques como ajuda para suprir suas necessidades. A partir de 78, quando foram criados os projetos, segundo Gerson Alves, a Funai havia perdido o controle da situação.

Este paternalismo é reconhecido e condenado por alguns índios, como Marcos Terena, que exerce o cargo de Assessor para Assuntos Indígenas no Ministério da Cultura. Em sua opinião, a Funai deve "parar de dar dinheiro aos índios que vêm a Brasília, e aplicar os poucos recursos de seu orçamento diretamente nas aldeias."

— Acho que a Fundação tem que dar uma dose de responsabilidade ao índio, principalmente aos mais jovens, que não têm qualquer preocupação com o futuro, porque o dinheiro sempre chega facilmente às suas mãos — acrescentou.

Marcos Terena informou também que a concessão de dinheiro é uma maneira fácil de enriquecer alguns funcionários da Fundação. Segundo ele, a Funai tinha um documento padronizado para "auxílio financeiro ao índio" que, muitas vezes, foi assinado em branco pelos indígenas. O documento tinha apenas sete palavras: "Recebi do sr... a quantia de... para..."

A questão da responsabilidade do índio, entretanto, é uma das preocupações da Funai atualmente. Os assessores do Ministro Costa Couto, por exemplo, questionam o Estatuto do Índio no artigo em que define como "parcialmente incapazes" todos os silvícolas. Assim, o índio não pode ser responsabilizado por nenhum ato ilícito que praticar mas, ao mesmo tempo, pode fazer ameaças de morte, assinar contrato funcional com a Funai, ser assessor de um Ministro de Estado (como é o caso de Marcos Terena), ser deputado (como Mário Juruna) e vereador (há dezenas em todo o País).

Na última semana, um índio funcionário da Funai verificou que sua conta bancária não dispunha de fundo suficiente para cobrir as dívidas que estavam vencendo. Sem qualquer cerimônia, recorreu à Fundação — como tutora, não como empregadora — solicitando o montante necessário.